ATA SINTÉTICA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA DA PCH ÁGUA LIMPA NO RIO GOIOERÊ – PR, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL – PR.

Às dezenove horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e doze na Câmara Municipal de Perobal, deu-se início à Audiência Pública para apresentação do EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Projeto da PCH Água Limpa, no Rio Goioerê, nos municípios de Alto Piquiri, Perobal e Mariluz – PR. Cita-se a presença das seguintes autoridades: *Dr. Robertson Fonseca Azevedo* – Representantes do Ministério Público de Maringá, *Sr. Ismael Durães da Costa* – Vereador de Perobal; *Srª Roliene* – Representante da Câmara de Vereadores de Perobal, Professores da Universidade Estadual de Maringá – *Sr. Halim Abil Russ Filho, Sr. Jorge Villa Lobos e Srª Sônia Lucy Molinari*; Padre *Zenildo Megiatto* – Cárita/Maringá*; Sr. José Hess* – FAEP (Federação de Agricultura do Estado do Paraná); Sindicatos Rurais, ONG – ADEMA; Estudantes; MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), além da sociedade civil em geral e proprietários atingidos. **PRIMEIRA PARTE Sr. Ademar Cabeças Filho – Membro da equipe técnica do Grupo Especial de Licenciamento Ambiental – GELA – IAP** Faz a abertura lendo a Portaria IAP nº 205, de 09 de outubro de 2012, na qual o Presidente Luiz Tarcísio Mossatto Pinto designa Ademar Cabeças Filho, a atribuição para dirigir as Audiências Públicas referentes ao Estudo de Impacto Ambiental relativo ao processo de licenciamento da PCH Água Limpa, localizada nos municípios de Perobal, Alto Piquiri e Mariluz sob a responsabilidade da Multifase Centrais de Energia do Brasil Ltda., protocolado no IAP sob o nº 5.129.171-9. Lê as normas que regem as Audiências – Resolução CONAMA nº 01/86, Art. 11, § 2° e CONAMA nº 09/87, Art. 1° e a Resolução SEMA 031 e CEMA 64/2008. **Sr. Sergio Misael – Multifase –** Cumprimenta a todos e inicia sua apresentação dizendo sobre a matriz energética nacional e que o setor elétrico é um dos poucos setores do país que tem obrigatoriamente horizontes de longo prazo, citando o Plano Nacional de Energia 2030, o qual é revisado a cada 10 anos, sendo que já está disponível para consulta, o Plano 2011/2021. Faz um resumo sobre o plano 2005 - 2015, o qual prevê a necessidade de energia no Brasil de 3.000 mw/médios/ano. O que significa praticamente, todas as usinas do rio Iguaçu em operação durante todo o ano. Fala sobre o privilégio da natureza no Brasil, o qual tem todas as formas de fonte de energia, a hidro, o urânio, o gás natural, o carvão, o óleo, e ainda as PCHs dizendo que esta, está incluída no Plano Nacional de Energia, e que as PCHs vão contribuir para a demanda dos 3.000 mw de potência instaladas neste período de 10 anos. Mostra slides de uma PCH no estado de São Paulo construída na Bacia do rio Tietê, que no ano de 2013 completará 100 anos, expondo este ponto como positivo, pois é real e já serviu há várias gerações, sendo que ao longo do tempo ela pode sofrer as modificações da tecnologia na parte de eletromecânica e na parte de controle, e na obra civil serão feitas apenas as manutenções. Complementa dizendo que a referida PCH de São Paulo, está integrada ao meio ambiente. Mostra mapa do Paraná, onde tem marcado em pontos vermelhos os projetos de PCHs que estão em várias etapas, a ANEEL como lado institucional do setor elétrico, e ainda a parte de licenciamentos ambientais e outorgas de água em vários órgãos reguladores. Fala que a PCH é uma oportunidade para o governo estadual fazer um plano de desenvolvimento para desenvolver regiões, as quais tenham IDH baixo no estado do Paraná. Diz que o Paraná é um importador de energia nos últimos 10 (dez) anos, que a COPEL não tem condições de atender a demanda elétrica do estado, para tanto não considera a Itaipu, por esta ser Binacional e que a medida que o tempo

avança metade da energia de Itaipu vai para o Paraguai. Desta forma, para os brasileiros, a potência de Itaipu será diminuída com o passar dos tempos. Na sequência fala da projeção de consumo de eletricidade no horizonte 2011 a 2021, de 4,5% ao ano, dado retirado da Empresa de Planejamento Energético e cita que o consumo realizado no período 2007 a 2011 no Paraná foi: residencial 23,8%, industrial 41,6%, comércio 18,5%, iluminação pública 3,2% e o serviço público com 2,5% e ainda cita o Programa Luz para Todos, pelo qual aumentou o consumo de energia na área rural. Coloca como ponto importante, o fato des usinas hidrelétricas viabilizarem a eólica e a solar, afirmando que sem a energia hidráulica, não seria possível suprir a demanda, pois aquelas são intermitentes. Exemplifica a Rússia e a China que possuem a energia eólica e a solar, no entanto, a base é térmica, usando-se a queima de carvão e de óleo, o qual gera fumaça e resíduo, diferente do conceito da hidroeletricidade, no qual a água passa pela turbina e vai embora. Exibe 03 (três) mapas do Brasil que apontam onde estão localizados os maiores potenciais de geração pelo vento e ainda onde estão as maiores incidências de sol, e enfatiza os locais onde podem ser instaladas as solares e as eólicas, mostra o Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, o Ceará, e ainda o Paraná, dizendo já existir uma experiência de eólica com torres de 50 metros nos campos de Palmas, na divisa com Santa Catarina. Complementa dizendo que hoje já existem torres com 100 ou 120 metros de altura, e que a história dos ventos brasileiros é muito jovem. No próximo mapa mostra os pontos aonde podem ser implantadas PCHs, dizendo que os mapas mostram a maneira racional de se usar as fontes de energia. Sobre a Multifase, comenta que esta tem a concessão da ANEEL da PCH Água Limpa, que o grupo é genuinamente paranaense de Curitiba, o qual tem negócios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afirmando que o grupo não tem nada de multinacional, e que a partir de 2008 o grupo passou a ser um concessionário do serviço público no setor de energia elétrica. Atualmente estão com o processo de licenciamento ambiental através do IAP e da SUDERHSA, pela qual obtiveram a outorga, hoje, Instituto das Águas e ainda a ligação com a COPEL, a qual já deu sua autorização. Explica que contrataram empresas experientes na área para fazer o projeto de Engenharia, a Cia Ambiental, para fazer os estudos ambientais, e várias outras empresas que ajudam a complementar e a consolidar o projeto. Fala que no estágio atual continuam a fazer a hidrometria e o levantamento fundiário por meio de convênio com o INCRA, que em dezembro de 2011 foi entregue o EIA/RIMA ao IAP, a anuência dos 03 (três) Municípios foram revalidadas em fevereiro de 2012, o acesso ao sistema da COPEL foi consolidado em outubro de 2012, que tem a outorga pelo Instituto das Águas, que várias reuniões públicas foram realizadas ao longo do ano todo de 2012. Mostra slide contendo fotos que mostram as entregas do EIA/RIMA em abril nas prefeituras de Alto Piquiri, Mariluz e Perobal. Sobre o projeto mostra desenho da barragem com alternativas do desvio do rio, que pode ser tanto pela margem direita quanto pela esquerda, sendo que a barragem será de terra, com um canal de adução, um conduto forçado, a casa de força e a localização da subestação onde será realizada a interligação com o sistema da COPEL. Apresenta desenhos em 3D de como ficaria o projeto se realizado. Enfatiza que o Salto Paiquerê será totalmente preservado. Fala sobre o PACUERA (Plano de Conservação e Uso do Reservatório) o qual será discutido também por meio de Audiências Públicas. Mostra foto aérea do rio Goioerê e seu entorno, identificando os lotes que serão atingidos. Expõe dados de 458 ha para o reservatório, sendo 358 ha de área a ser inundada. Sobre a APP explica que a largura será uma decisão do IAP, pois atualmente são várias legislações sendo modificadas, falando do Código Florestal. Mostra ainda foto do reservatório

de Itaipu, pelo qual demonstra a agricultura de alto nível e ainda APP totalmente reflorestada e mais o corredor para dessedentação do gado. Fala que o reservatório é um bem público, pois este ajuda tanto na cheia como na seca, dizendo que na seca é um estoque de água doce e na cheia ele ajuda atenuando-a. Ressalta que a beleza cênica do Salto será garantida, explicando que durante a seca naturalmente, a vazão no Salto ficará reduzida, porém toda a beleza geológica e natural permanecerá. Comenta que na seca a vazão será de 7.480 l/segundo, vazão suficiente para manter a biodiversidade local. E durante a cheia terá água suficiente para passar tanto pela turbina quanto pelo Salto. Explica sobre os projetos, os quais diz serem consagrados na engenharia, projetos seguros, com risco muito reduzidos, sendo esta barragem de porte bem pequeno – 15 metros de barragem e 15 metros de salto natural, que dá o desnível de 30 metros. Diz que todos os equipamentos são de tecnologias nacionais e alguns equipamentos são até paranaenses e de Santa Catarina. Mostra foto da PCH Pedrinho no Paraná, demonstrando que ali o Salto foi preservado. Fala sobre a definição da Engenharia ser a arte de converter recursos naturais em benefício para o ser humano, complementando que a equipe escolhida pela empresa Multifase é composta por pessoas bastante experientes. Mostra fotos de projetos similares ao projeto da PCH Água Limpa e ainda uma simulação de cronograma pelo qual explica os passos para obtenção de Licença Prévia, Licença de Instalação, tempo para o cumprimento de condicionantes e ainda a Licença de Operação, sendo que a partir do início das obras esperam concluírem-nas em 24 (vinte e quatro) meses e coloca-se à disposição para esclarecimento de dúvidas. **Sr. Pedro Dias – Cia Ambiental –** Faz sua apresentação também conforme exposto em Ata anexa, da Audiência Pública em Alto Piquiri-PR. Pedro encerra a apresentação afirmando que o empreendimento só poderá sair desde que, sejam atendidos todos os requisitos legais e, todos os Programas Ambientais forem implantados e ainda informa sobre o PACUERA, que será discutido com a comunidade por meio de novas audiências e no momento correto. **Sr. Ademar Cabeças – IAP – Abre tempo de 10 minutos para a inscrição de perguntas.**

SEGUNDA PARTE – 21 horas – Sr. Ademar Dando prosseguimento, alerta que as inscrições já foram feitas. Pede que no início da fala o orador decline seu nome para ficar registrado em ata. Nos casos de perguntas feitas por escrito, esta será lida pelo coordenador da mesa após a rodada de inscrição. Todos os inscritos terão direito a pergunta e a réplica. Os componentes da mesa e consultores terão direito à resposta e a tréplica. Caso as perguntas não sejam totalmente esclarecidas, o inscrito terá direito a nova pergunta. O coordenador da mesa poderá impugnar perguntas mal formuladas e solicitar novos esclarecimentos para respostas não satisfatórias. Os assuntos ou questionamentos não esclarecidos durante a realização da Audiência Pública serão encaminhados pela coordenação da mesa a quem de direito for, solicitando que os esclarecimentos necessários sejam enviados diretamente ao interessado com cópia ao Instituto Ambiental do Paraná, para juntar ao procedimento administrativo de licenciamento em questão. Será aberto um prazo de cinco dias úteis contado da data da realização da mesma para que somente os interessados que estiveram presentes nesta audiência pública, comprovado pela assinatura na lista de presença, e que não tiverem as suas dúvidas dirimidas poderão reformular os seus questionamentos por escrito e deverão protocolar no IAP sede ou se preferir no escritório regional onde o local do empreendimento estará sendo objeto de análise. Ao diretor presidente do IAP e ao seu representante legal reserva-se o direito de não emitir opinião, uma vez que lhe cabe a responsabilidade de decisão

acerca do licenciamento do projeto em questão. Primeiramente passa a palavra ao **Dr. Robertson Fonseca Azevedo** – **Ministério Público de Maringá** – Inicia fazendo uma proposta: "Em homenagem aos três ou quatro cidadãos de Perobal que se fazem presentes eu vou fazer a manifestação que faço pelo Ministério Público em todos os procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos e em todas as reuniões que nós temos feito também nos Vales do Ivaí e Piquiri sobre isto. Vamos continuar trabalhando, independente das condições pra gente fazer um resumo e saber o que aconteceu na de ontem (dia 16), e o que foi exigido, até porque hoje tem pouca gente, e ontem houveram uns requerimentos com base no que foi apresentado no EIA/RIMA." Diz ser promotor de justiça e complementa: "Trabalhei muitos anos e trabalho ainda no Centro de Apoio Operacional de Promotoria e de Proteção ao Meio Ambiente. Em Perobal eu tenho conversado com o Promotor de Justiça e de Meio Ambiente de Umuarama Dr. Marcos, e a fala que o MP faz às pessoas que estão interessadas no assunto, é no sentido de esclarecimento do posicionamento institucional do Ministério Público. E ele começa com o fato de que o Paraná, ao contrário do que foi dito hoje, é um Estado superavitário em energia elétrica por conta da produção energética de Itaipu e toda a cascata de reservatórios do Rio Iguaçu, de toda a cascata de reservatórios do Paranapanema, e de todos os outros projetos elétricos que existem, no Paraná inclusive hoje estão enchendo o reservatório de Mauá, apesar de todas as ações na justiça, inclusive com condenação do presidente do IAP que deu a Licença Ambiental. O Paraná é superavitário em energia, e talvez os senhores não saibam, mesmo os que trabalham com economia, que o estado do Paraná não recebe ICMS pela produção energética. O fato gerador do ICMS da eletricidade é no consumo, como o Paraná exporta energia, e consome menos, ele arrecada ICMS da energia que consome, mas não da que produz. Ou seja, do ponto de vista econômico do Estado, a construção de hidrelétricas é desinteressante na medida em que, não há compensação por geração de tributos. Porém por conceito, a transformação de um rio num lago artificial, implica a destruição do ambiente original, seja aquele curso de rio encaixado com água fluente e as áreas marginais, sejam as áreas preservadas, ou não preservadas, e as áreas cultivadas. Quando você barra o fluxo daquele rio, alterando a característica própria do curso d'água para que ele seja um lago artificial você está transformando tudo em fundo de lago artificial - em água parada! E isto implica, e eu gostaria de fazer este raciocínio para o contador da Assembleia da Câmara dos Vereadores, no seguinte: Vamos pegar uma área hipotética de 50 (cinquenta) hectares hoje produtiva que deixa de ser. Nós temos, queria que o senhor pudesse fazer um cálculo assim: quantas toneladas de fertilizante deixam de circular no mercado? Quantos litros de defensivos agrícolas deixam de ser utilizados e vendidos no mercado? Quantas toneladas de produto deixam de ser produzidas? Quantas horas trator deixam de serem gastas? Os combustíveis? Mão-de-obra? Qual é o impacto, portanto, numa atividade agrícola? Quantas horas de trabalho braçal diarista deixam de ocorrer em 50 hectares? E faz a projeção. Este é o custo econômico direto que a economia local tem pela impossibilidade de arrecadar ICMS da agricultura num lugar que não tem mais agricultura. E qual o repasse de PCH? - PCH não há repasse! - O Município não arrecada! Mas o município deixa de arrecadar porque áreas que eram ativas na economia agrícola regional, deixam de ser. E isto tem um prejuízo econômico direto no Município. Existem outros custos que são associados aos problemas da água parada. Estou falando aqui para os senhores agricultores basicamente. O que está associado com água que para? A água que para é o quê? Que bicho que dá em água que para em áreas tropicais? E que não dá em área de água que corre? São vários vetores de

doenças tropicais. O Paraná tinha controlado a malária até a construção do lago de Itaipu, leishmaniose, esquistossomose, malária e dengue, estão associadas a águas paradas e clima tropical. Quem arca com o custo do doente de malária, leishmaniose, esquistossomose? É o Município, o mesmo Município que deixa de arrecadar! Sobre a questão fundiária: talvez os proprietários rurais, titulares do documento que diz esta propriedade é minha, recebam indenização, mas esta indenização não se aplica a arrendatários, parceiros, meeiros, porcenteiros, empregados, residentes, a não ser em negociações específicas, foi o caso específico de Salto Caxias, mas não é a praxe. Então não há interesse econômico do município, não há interesse econômico do Estado (em deixar fazer a PCH). Sobre os prejuízos ambientais: "e aqui eu tenho que fazer esta função mesmo, pois não temos nenhuma Doutora como tínhamos ontem (citando a Profª Drª Claudenice Dei Tos da UEM). Quando você transforma o rio em lago, você transforma tudo. Na verdade, não é só o rio, é o rio e a curva, o rio e a ilha, o rio e a lagoa, o rio e o paredão, o rio e a corredeira, o rio e a margem, o rio e a lavoura, o rio e tudo que está associado. Então é a heterogeneidade ambiental que quando você transforma o rio em um lago artificial, você o homogeneíza, você transforma, diminui e perde. O Rio Goioerê, segundo a Professora que estava em Alto Piquiri no dia anterior, diz ter 10 (dez) espécies que só existe nele e o Paraná já perdeu muito por conta da destruição dos rios. Socialmente as pessoas são impactadas e estas tem interesse em manter o seu modo de vida. O Paraná tem histórico de famílias que deixaram suas terras e estão vivendo em outros lugares, os quais não gostam. Isto ocorre ao longo de todo o Iguaçu, ao longo da margem esquerda do Rio Paranapanema, ao longo de todo o Rio Paraná, fora o trecho que sobrou. E a manifestação do Ministério é que não há interesse público, nem de pessoas, nem de meio ambiente, neste empreendimento, que o interesse é privado". Diz que o Ministério Público participa das Audiências Públicas e se manifesta e exige o cumprimento da legislação e desta forma diz que o Estudo de Impacto Ambiental não atende aos requisitos técnicos legais, baseando-se na Resolução CONAMA nº 01/86. Cita o ofício da Promotora de Justiça de Alto Piquiri, o qual será entregue pedindo complementação de dados, assim como a Profª Drª Claudenice da UEM que quer complementação dos estudos e, inclusive daqueles (fauna) que já foram capturados. Quer saber onde é o depósito? E complementa: "Que é necessária a apresentação e publicização das complementações com a realização de Audiências Públicas, conforme Resolução CONAMA, com a divulgação dos resultados destas pesquisas para que possam ter cumprido a legislação". Reitera que, conforme a Política Nacional dos Recursos Hídricos, há a responsabilidade de se fazer o estudo de bacia e fala da inadequação de se fazer o licencimento de um empreendimento apenas, sendo que existem mais potenciais estudados no Rio Goierê citados no EIA. Afirma que, embora em Audiência do dia anterior, tivesse sido explicado que os aproveitamentos não são do mesmo empreendedor, ele afirma que se trata do mesmo empreendedor. Faz críticas quanto a se estar discutindo apenas um empreendimento, chamando a atenção do IAP para o fato, de que se der uma Licença não terá criado critérios para os outros cinco, porque o ambiente, o fluxo e o local já foram modificados. Cita o Art. 23 da Política Agrícola, a qual aborda que a responsabilidade se dá pela Bacia Hidrográfica e enfatiza que o Ministério Público não aceita o estudo para apenas um empreendimento. Solicita que as complementações, inclusive as orais, sejam de conhecimento de todos, que sejam divulgadas e publicizadas nos prazos legais e por meio de novas Audiências Públicas. Ressalta que a coleta deve ser dentro dos parâmetros científicos mínimos e que a observação de pássaros, auditivo ou visual, seja feita ao longo do ano, por causa de

espécies migradoras, assim como todas as outras espécies. Considera que não se pode pegar dados de um mês e falar que não tem nada. Isto é afirmação falsa. E que estes sejam realizados em nível de Bacia Hidrográfica. Entrega ao representante do IAP, Sr. Ademar, o ofício da Promotora de Justiça de Alto Piquiri – Drª Juliana Botomé. **Sr. Pedro Dias –** Fala do Termo de Referência do IAP: "Infelizmente o Termo de Referência do IAP não abriga o estudo que o promotor colocou, que é o estudo completo das partições de queda do inventário da Bacia Hidrográfica. Mas o estudo feito atende ao Termo de Referência, atende em todas as fases, inclusive consta nos estudos como foram feitos os procedimentos de fauna e como está sendo feito, e deixa claro, que existe uma regra hoje e esta regra foi atendida. Se puder existir uma regra melhor, isto seria fundamental, que fosse de exigência por parte do órgão estadual, eles concordam, mas que a regra que está hoje com o Termo de Referência, está atendida. **Sr. Ademar Cabeças do IAP –** lê as perguntas escritas, a primeira do **Sr. Eraldo Carlos Rodrigues – Comerciante e apicultor de Perobal –** Quer saber se foi feito estudo quanto à apicultura? Qual seria o impacto causado neste setor? **Sr. Eron Maranho – Responsável pelos estudos socioeconômicos –** Diz que dentro dos estudos que fizeram, a base da economia da região se concentra em pecuária, soja e cana-de-açucar, já na questão da apicultura efetivamente por não ter uma representatividade econômica tão grande na região, ela não foi detalhada, porém se isto for específico para algum produtor ou alguma região menor, sem problema algum, poderão incorporar aos estudos. **Guilherme – Estudante da 8ª série –** Pergunta se o rio poderá ser usado para nadar e pescar? **Sr. Pedro Dias –** Fala sobre o reservatório e sobre o PACUERA, que é uma exigência legal, no qual ficará estabelecido normas para o uso do reservatório e seu entorno, que haverá pontos propícios para este tipo de atividade. E diz que seria bom, aprovando ou não o licenciamento, que fossem determinadas no rio áreas propícias para estas atividades. **Sr. Sergio Misael –** Complementa falando sobre a zona de segurança de 500 metros à montante e à jusante da barragem, que não pode ter pescaria e natação, e que isto será detalhado no PACUERA – Plano Ambiental de Conservação e Uso no Entorno de Reservatório Artificial. **Sr. José Hess – Engenheiro Florestal da Federação de Agricultura do Paraná – FAEP, representante dos proprietários atingidos –** Pede ao IAP uma modificação nos EIAs, dizendo que estes são 98% voltados para o meio ambiente, solicitando que se aumente a preocupação com o ser humano. Com os produtores de Perobal, explica que fez uma média do que no momento está sendo produzido, calculando uma média de 130 sacos de soja/alqueire e 250 sacos de milho/alqueire/ano, levando-se em conta a probabilidade de 100 alqueires que deverão ser inundados, terão então uma perda produtiva de R$ 1.600 milhão/ano. Deixa como sugestão aos municípios que processem uma Lei Municipal de forma que haja uma compensação para este impacto rural e que haja uma reivindicação de compensação financeira junto à empresa Multifase para combater todo este impacto rural. Pede ao Promotor que lhe oriente sobre ser viável esta ação. Sugere que a Câmara de Vereadores dos três municípios se una para implantar desde agora tal lei. Em relação à faixa de APP, cita produtor rural que perderá 87 ha, que a partir desta perda, deixará de gerar renda e emprego ao município, e que este já gastou antes para averbar reserva e área de APP, a qual perante ao IAP já está correta, e questiona como ficarão estes produtores? Terão que novamente arcar com os custos de outras áreas de preservação? Desta forma pede que para minimizar o impacto aos produtores, a APP seja de 30 metros. Solicita que os acertos indenizatórios não sejam pelo regime de servidão e sim pela troca de terra. **Dr. Robertson – Ministério Público –** Coloca que a questão de Áreas de PP não está prevista no Código Florestal, ela é prevista em

legislação específica, portanto não se altera a APP de 100 m para reservatórios, fez comentários sobre o regime de servidão, dizendo esta se trata de servidão ambiental, pelo qual a terra continua sendo sua, no entanto o proprietário não pode usar, e será remunerado por isto, não sabe dizer se isto é bom ou não, contudo defende que o interesse dos proprietários precisa ser defendido pelos próprios proprietários. Em relação à legislação, falando sobre a proposta (do Sr. Hess) explica que quando se fala de um sistema federado, existem 03(três) graus de autoridades: a União, os Estados e os Municípios. Conforme a Constituição Federal - Art. 18, todos são autônomos, afirmando que se um Município diz não, não há como o Estado dizer sim, pois este precisa respeitar a autonomia do Município. No entanto, quando se fala de tributação, a competência de legislar sobre tributos é Federal. Explica que o Paraná não recebe ICMS pela produção de energia e sim no consumo. Mas pode pelo Art. 30, §1 da Constituição legislar sobre assunto de interesse local. Ainda sobre a questão da compensação **Sr. Sergio Misael –** Explica sobre as normas que existem, que vão fazer todos os levantamentos sobre área produtiva e benfeitorias, afirmando que, caso a caso vai ser estudado de acordo com as normas e com transparência, com intuito de se ter acordos amigáveis. **Sr. Pedro Dias –** Fala sobre a área jurídica do IAP que está analisando a MP da Dilma, citando a metodologia apresentada em seu trabalho a respeito das APPs, reforçando que, desta forma os reservatórios vão ter áreas de APPs condizentes com seus tamanhos, embora ele defenda esta tese, sabe que tem a tese defendida pelo promotor e ficará ao encargo do IAP a decisão da medida da APP. **Sergio Misael** pergunta ao **Sr. José Hess – FAEP** se o desejo deles é que a APP seja de 30 metros? – no que Sr. José Hess, confirma que a APP deve ser de 30 metros. **Sr. Ademar IAP –** Completa a fala dizendo que esta é a discussão dentro do Instituto. **Professora Sônia Lucy Molinari – UEM –** Dividirá sua pergunta em duas fases, sendo a primeira para o Sr. Sergio: Comenta sobre o mapa de projetos de PCHs no Paraná mostrado por ele e sobre a possibilidade da construção destas barragens que são muitas, fato que lhe causa grande preocupação. Durante a apresentação foi informado que estas construções trariam melhorias às cidades de baixo IDH. Assim, quer saber quais são os tipos de contribuição que estas barragens poderiam trazer para as cidades de baixo IDH, uma vez que, analisando o lado positivo que é a geração de empregos, após 24 meses os funcionários estarão à procura de novos empregos. **Sr. Sergio Misael –** Responde que as PCHs estão localizadas nos acidentes geográficos e localizadas em regiões realmente de IDH baixo como o Vale do Ribeira, Dr. Ulisses, e do Rio Turvo e na Região Central do Paraná. Vê este tipo de empreendimento como uma oportunidade, um fator indutor de desenvolvimento, se considerar isto no planejamento junto com a Secretaria de Saúde, de Transporte e de Planejamento. Diz ser oportuno para estes locais o Estudo de Impacto Ambiental, pois antes disto não existia um estudo tão detalhado no Rio Goioerê, e que agora a comunidade já ganhou esta contribuição (falando do EIA). Complementa que a oportunidade é esta, sendo também os empregos gerados durante a construção nos dois anos. Após a construção, durante os 30 anos de concessão, tem a parte de impostos, pois a energia, ao entrar na rede, de alguma forma volta para o município (gerando impostos). Comenta que não existe imposto na produção, e faz comparativos com a nota de produtor rural, e os impostos relacionados às produções. Sendo assim, diz que o conceito de planejamento citado por ele é do governo ser um indutor e vê a PCH como um elemento que poderia ajudar no desenvolvimento dos municípios. **A Professora Sônia pergunta ao Sr. Pedro Dias –** Em relação aos Programas, comenta que um dos Programas é a Preservação, Prospecção e Resgate Arqueológico.

Pergunta de que forma vai ser feita esta preservação? Vai ser construído no município um museu? Qual é a contrapartida para a população local? **Sr. Pedro Dias –** Hoje as normas do IPHAN são bem mais sérias do que em anos anteriores. É uma obrigação legal resgatar, acervar e, além de se fazer o museu local, é preciso elaborar um Programa de Educação Patrimonial, agindo na comunidade, bem como nas escolas. Dá exemplos de trabalhos já realizados em empresas para as quais ele presta consultoria. Caso saia a LP, o Programa Executivo estará contemplado nesta, para após, ser aprovado pelo IPHAN. Afirma ainda que uma barragem só pode ser feita com estas normas cumpridas. Faz críticas às ações passadas quanto às questões arqueológicas. **Professora Sônia** – Pergunta se poderão acompanhar de perto para ver esta realidade. **Pedro –** Diz que sim, enfatiza a questão já citada por ele sobre o monitoramento participativo, inclusive citando as universidades, as quais poderão subsidiar tais trabalhos por meio de fiscalizações. **Professor Jorge Villa Lobos – Departamento de Geografia – UEM –** Chamou-lhe a atenção a apresentação dos slides uma vez que eles têm por objetivo a ilustração do conteúdo dos estudos, assim sendo no primeiro conjunto de slides do engenheiro (Sr. Sergio Misael), a qualidade das letras e números era impossível de ler. No próximo conjunto de slides (EIA, apresentado pelo Sr. Pedro Dias), ao final quando se apresentava o Programa de Gestão, indica que o material projetado não condizia com o do folder e considera este fato como uma falha de comunicação do estudo à comunidade. Coloca que quando o Engenheiro Sergio apresentou a situação dos potenciais eólicos no Brasil, nenhuma explicação a seguir veio acompanhar a situação no Paraná ou das proximidades da área que está sendo discutida, dizendo que a explicação não permite entender com clareza qual é a situação do Paraná do ponto de vista de outras alternativas tecnológicas em relação à PCH e desta forma considera também a apresentação como falha. Em terceiro lugar, no material o qual foi distribuído (folder informativo da PCH) já na primeira página percebe a irrealidade, pois a foto de ilustração não condiz com a foto do que será na realidade a PCH (falando da foto ilustrativa do folder, o qual mostra uma pequena foto de barragem onde a água passa por ela). **Sr. Sergio Misael –** Vê como um preciosismo a colocação, principalmente sobre a foto do folder. Sobre a apresentação e os slides, Sergio fala que, se ficou alguma dúvida ele está disponível para esclarecimentos e volta a mostrá-los (os slides). Repassa seus slides conforme pedido pelo Professor, mostra os mapas do Brasil e seus potenciais e onde estão localizados, os quais foram questionados pelo Professor polemizando que os Estudos foram feitos no Paraná. Sergio explica que, isto se deu pelo fato de que quis mostrar os potenciais e as regiões onde os potenciais se localizam no Brasil todo, justamente para mostrar a complementariedade entre as fontes eólica, hidrelétrica e solar. O sentido da apresentação não era de detalhar o Paraná, mas sim de mostrar a complementariedade entre as fontes renováveis. Explica que durante a apresentação inclusive comentou o potencial do Paraná colocando que nos campos de Palmas já existe experiência a mais de 10 anos com torres de 50 metros. Comentou também que no Paraná, na região de Castro, Piraí do Sul, próximo ao Canyon do Guartelá, já existem medições de ventos de um ano e meio com torres entre 80 a 100 metros. Assim afirma que foi comentado sobre geração eólica no estado do Paraná durante sua apresentação, mas o objetivo do slide foi indicar que as fontes de energia renováveis "estão onde a natureza as coloca e cabe a nós aproveitá-las racionalmente" explicando ainda que no Paraná não há potencial eólico viável se comparado com o nordeste e com o litoral do Rio Grande do Sul. No que o Professor Jorge indaga se então os Estudos da COPEL não tem valor? – Indagação negada por Sr. Sergio colocando que logicamente que os

estudos da COPEL têm valor e que em momento nenhum falou que não teriam e não gostaria de polemizar o assunto. Abre-se debate sobre potenciais eólicos e solar, provocados pelo Professor Jorge, saindo totalmente do tema de PCHs. **Sr. Ademar – IAP –** Interfere explicando que o problema que está sendo discutido na Audiência não é a construção de parques eólicos e sim a PCH Água Limpa. O **Professor** insiste que, se a empresa mostrou mapa das alternativas de geração de energia, então este deve ser discutido. **Sr. Ademar – IAP –** Ressalta que o assunto a ser discutido na Audiência é a PCH Água Limpa. O **Professor** faz questionamentos sobre o nome da empresa estar em inglês e de maneira muito pequena abaixo do nome Multifase no folder da PCH. **Sr. Sergio** Misael faz as explicações e traduz a frase. Surge daí, novo questionamento elaborado pelo Professor, que sugere que se crie outro folder, ainda pergunta qual é a origem do capital da empresa? Quem são os investidores? **Sergio** diz que mostrou no slide que o grupo é totalmente paranaense e de Curitiba, que o grupo majoritário é da família Demeterco. A Ata segue a partir daqui com uma sequência de perguntas e resposta - O Professor: todo o capital do grupo é paranaense? – Sergio: sim, é todo paranaense! – Professor: - Qual o volume de recursos que será investido na obra? – Sergio: O orçamento previsto da obra é em torno de R$ 130 milhões. – Professor: da obra completa? – Sergio: sim. – Professor: Qual a expectativa de retorno nos 30 anos de duração? – Sergio: Isto depende do financiamento. – Professor: Você faz um financiamento baseado no "depende"? – Sergio: O BNDES financia entre 70 e 80% do custo da obra, e entre 20 e 30% são recursos próprios, sendo que o tempo de amortização depende das taxas de juros e ocorrerá em torno de 10 ou 15 anos. – Professor: Teremos 15 anos de lucros, qual é então o montante deste valor, os lucros, estimado? – Sergio: Depende da tarifa da energia, pois há muita oscilação no mercado. – Professor: Quer dizer que estão fazendo um investimento sem saber muito quanto terão de retorno? Qual é a margem de lucro? Quais são os valores finais que terão neste investimento? – Sergio: A taxa de retorno que estamos esperando e que depende do financiamento é de 9 a 12%, esta é a taxa que o BNDES exige para financiar. – Professor: Isto significa que no ano 30, quando a empresa fechar sua atividade, em razão da concessão, já terão recebido R$ 200 milhões acumulados de lucro? – Sergio: É lógico que não! Isto não existe! Conclui sua resposta falando que esta conta não procede, pois tem os Programas Ambientais e os valores das tarifas entre outros fatores. O Professor faz questionamentos acerca da quantidade de empregos que serão gerados em relação ao valor que a empresa lucrará, ainda falando que o município ficará sem recursos e com o ônus ambiental permanente. O Professor levanta dúvidas quanto a esclarecerem os resultados ou vantagens que a comunidade terá, e quais são as vantagens e os resultados para Multifase! Sergio explica valores de tarifas e dá outras explicações. **Sr. Eron Maranho – Responsável pelos estudos do meio socioeconômico –** Fala que foi feita uma estimativa do valor da produção que seria gerada nesta área, considerando toda propriedade que perdeu área e, estimando que estas tivessem soja plantada com maior produtividade e com o maior valor. Ao se comparar com o quê a energia gera, encontra-se um valor a maior três vezes a favor da energia - Isto ano a ano! Explicando os impostos de 30% gerados na produção, os quais vão para o Governo Federal, e que a partir daí não se sabe qual destino é dado para o rendimento pelo imposto, acreditando que alguma coisa deve voltar para o município, mas não sabe dizer o quê nem de que forma. Sobre o lucro da empresa, explica que, tudo dependerá das taxas das tarifas e ainda de outras condições, enfatizando que o que se conta no regime capitalista é a taxa média de lucro almejada, neste caso, entre 9 e 12%. Conclui dizendo que o empreendimento tem impactos

micro e macroeconômico, destes, alguns são positivos, sendo micro para Perobal e macro no âmbito Federal. **O Professor Jorge** questiona a distância que existe de benefícios para a empresa em relação aos benefícios para o município e pergunta ao IAP – Se um empreendimento que já toma da natureza do rio esse porcentual que é significativo (referindo-se à extensão do rio que será afetada pela PCH de 15%, sendo que 36% do potencial elétrico do rio seriam para o empreendimento) e já cria este impacto, qual é o impacto a seguir? Pergunta ao IAP, como este vê a dimensão do impacto? **Sr. Ademar – IAP** – Lê documento, o qual lhe atribui a função de não emitir opiniões no primeiro momento e que isto será analisado a posteriori. **Professor** pede então ao Sr. Pedro Dias para este fazer sua avaliação sobre o impacto. **Pedro Dias –** Diz que foi feita uma análise à luz do inventário da ANEEL, o qual segue o manual da ELETROBRÁS/2007 e que é baseado no manual de avaliação de impactos ambientais, o qual ajudou a coordenar na época do Programa de Impactos Ambientais de Barragem, criado por conta dos impactos de Itaipu, dizendo que ali se tem alguns detalhes da integração, por isso fizeram uma análise da Bacia, fazendo uma análise sobre o mercado econômico de hoje. Diz que os outros empreendimentos do ponto de vista econômico simplesmente estariam alijados, pois não são compensadores, justamente por terem potenciais muito menores, com 10% do potencial do Rio, enquanto este (Água Limpa) é 36% sendo viável economicamente, falando em relação a outras PCHs no Goioerê. Isto, na opinião dele e, em se falando da política atual econômica. Afirma que este não é fruto do estudo deles (da consultoria). Comenta que, de acordo com o Termo de Referência do IAP, estudaram apenas um segmento do rio e não os 06 (seis) aproveitamentos que a ANEEL aprovou, e diz que este fato (o uso dos seis aproveitamentos) não seria viável. Acredita do ponto de vista da sinergia de impactos como realmente fundamental que, se outros empreendimentos vierem a ser feitos que sejam coligados sinergicamente com os impactos desta PCH também. – Professor: O Senhor não é economista e minha pergunta é dirigida ao Impacto Ambiental. – Pedro: O meio ambiente deve ser entendido hoje como a relação do homem com todas as partes da natureza, a economia, sociologia, a engenharia, a antropologia. Explica que se tenta fazer no Brasil de maneira muito mais sólida que nos outros países da América Latina, porque nós (brasileiros) reproduzimos este modelo, consolidando na Colômbia e no Paraguai os manuais de avaliação de impactos ambientais destes países através do Programa de Avaliação de Impactos Ambientais de Barragens, o qual teve o prazer de dirigir por cinco anos. Hoje existem regras nestes países que tentam consolidar esta relação econômica, social, biológica e física dentro de um mesmo instrumento. "É claro que se pudermos fazer com que o macro continue suplantando o micro que é isto que acontece, geralmente no Brasil é isto mesmo! Os maiores sócios das empresas todas é o governo, são pagos 40% de imposto para empreender qualquer coisa no Brasil, essa relação tem que mudar para trazer renda para o município." – Professor: Onde estavam disponíveis os estudos? – Ademar: Estavam na Prefeitura. - Professor: Em que lugar na Prefeitura? – Sergio: Liguei nas Prefeituras várias vezes para verificar isto. Falava com a Secretária do Prefeito e ela me indicou que estava no Departamento de Meio Ambiente. – Ademar: O Sr. trabalha na UEM em que departamento? Qual sua formação? – Professor: Mestre em Geografia, Especialista em Açucar e Álcool e Dr. em Geografia. **Ademar** - Questiona o fato de que precisa saber quais as especialidades dos Professores dizendo que o Estudo de Impacto Ambiental é multidisciplinar e é importante saber quem fez qual questionamento, pois estes ficarão anexados ao processo. O Professor diz que podem acessar seu currículo na internet. **Sergio Misael –** Pergunta ao

Professor Jorge qual o lucro que a Usina de Ácool deixa em Mariluz. O Professor não responde a esta pergunta. **Ademar –** Interfere dizendo que o assunto não é este (Usinas de Açucar e Álcool). Solicita ao Professor que ele anote seus dados na folha de perguntas. **Padre Zenildo Megiatto – Cáritas –** Fez um comentário a respeito da história das barragens, na década de 80, dizendo que fizeram grande pressão para que não fosse construída a Barragem de Ilha Grande e em troca da Ilha Grande foi criado o programa de Microbacias no Paraná para garantir à Ilha Grande o que estava sendo para ela projetada. Então, os agricultores do Paraná todos, fizeram sua lição de trabalhar desta forma (Microbacias) e a agricultura do Paraná ganhou uma dimensão muito profunda, o lucro foi muito maior porque garantiu que a terra ficasse conservada em relação às erosões. Os agricultores também foram educados para preservar as matas ciliares. Agora a gente sabe , como foi mostrado aqui, pelo mapa em vermelho, as barragens que estão programadas para o Paraná. Segundo o Promotor existem perto de 173 barragens. A questão é: no Paraná estão construindo barragens, enquanto na Europa e nos EUA estão destruindo mais de 1000 barragens. Diz que Europa tenta a incineração do lixo aqui no Brasil e pergunta se com a questão da energia também não estão fazendo a mesma coisa, tentando transferir para cá esta sucata? Colocou a preocupação de que a população presente na Audiência Pública foi muito pouca, principalmente gente das cidades afetadas, atribuindo isto a falta de divulgação. Cita que como presidente da Cáritas, esta assumiu a tarefa de ajudar a população na luta contra as barragens. E que em Umuarama existe a Cáritas e esta não está na Audiência Pública – Diz que é pela falta de uma melhor divulgação. Contesta a falta da presença de outras lideranças religiosas e civis locais que não se fazem presentes. Questiona a validade da Audiência Pública sem a presença destas lideranças e teme que se continuar assim, no futuro se façam estas na surdina. Faz menção de estar preocupado com a barragem do Estado de São Paulo que rompeu e destruiu uma cidade e outras do Nordeste do Brasil que também se romperam e critica que isto não é mostrado. **Pedro Dias –** Cita que todos foram convidados e oferece para colocar na ata os documentos que comprovam o convite de cada entidade. Informa que não há como obrigar as pessoas a virem, mas que tem todos os documentos que atestam que todas as entidades locais foram convidadas e esta comprovação se dá através da assinatura do recebimento do convite que foi enviado a cada uma delas. **Srª Maria Felomena – Sindicato dos Engenheiros (SENGE) e ONG ADEMA –** Pede para que sejam novamente passados alguns slides da apresentação do empreendedor. Diz que os 173 projetos de PCH no Paraná não condiz, que pelo CREA são mais de 274. Pergunta se algum dos sócios do empreendimento ou das empresas que construirão o empreendimento possui alguma ligação com o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Paraná Sr. Yurk ou com o filho do mesmo. **Sergio Misael –** Responde que não há nenhum vínculo dos empreendedores com estas pessoas, afirmando que eles (empreendedores) nem os conhecem. **Pedro Dias –** Afirma que do ponto de vista da consultoria ambiental e das empresas todas que participaram ou participarão dos estudos necessários ao licenciamento e à construção da barragem, não tem nenhum filho ou nenhum parente que tenha relação com as pessoas citadas. Afirma que nem a Cia Ambiental nem a Multifase tem qualquer relação com o atual Secretário de Meio Ambiente ou com o órgão licenciador. Afirma ainda que não é verdade que o Secretário tenha criado um grupo para facilitar o licenciamento das PCHs. Pede cuidado ao se falar dos funcionários do IAP, atestando sua independência e sua lisura na condução dos processos de licenciamento de barragens no Paraná. **Maria Felomena –** Solicita a atenção dos professores da Universidade de Maringá quanto à apresentação dos mapas pelo empreendedor sobre os

locais de potencial de energia eólica e solar, dizendo que, apesar de a região de Umuarama pertencer ao mesmo clima da região nordeste não existe previsão de construção de parque eólico na região, questionando que a mesma não está contemplada como potencial de energia eólica e solar e, desta forma, não há previsão nem de financiamento para estas formas de energia na região. Fala que para o nordeste do Brasil, foram liberadas 08 (oito) centrais de energia eólica, e que, apenas uma destas oito vai produzir o mesmo que 20 (vinte) PCHs. Informa que está fazendo parte de um estudo sobre eólica e solar no CREA-PR e que vão entregar ao presidente desta entidade este estudo, questionando a não inclusão da região nos mapas nacionais de energias eólica e solar. E comenta sua participação no grupo de trabalho do CREA PR sobre energia eólica que acontecerá no dia 31 de outubro na sede do CREA em Curitiba. **Pedro Dias –** Esclarece que há um interesse sim em estudar a viabilidade técnica no aproveitamento destas fontes de energia no Paraná e que a Cia Ambiental está procurando colaborar nestes estudos e nos questionamentos que possam trazer viabilidade a estas energias alternativas no Paraná. Informa que o IAP tem estudos sobre o tema e que estes estudos são públicos e que quem quiser pode solicitá-los e conhecê-los. Entende que todas as formas de energia são necessárias sem termos que atacar uma ou defender outra, e que os ventos do Rio Grande do Norte realmente são mais fortes que os do Paraná. **Maria Felomena –** Diz que os estudos do IAPAR não foram considerados, e que são estes os estudos que faltam para dar viabilidade a estas formas de energia no Paraná. Forma-se uma discussão a parte sobre a questão da energia eólica na região. **Dr. Robertson F. Azevedo –** Manifesta-se dizendo que a comunidade ambientalista que vem acompanhando nos dois dias de audiência já realizadas e os quais ele representa no momento estão dispostos a discutir outros assuntos ou investimentos que não impliquem na destruição dos rios. E solicita que empreendedor e consultoria voltem na região com uma alternativa que seja a de não destruir os rios e ainda sugere que empreendedor lucre com alternativas que sejam menos prejudiciais à população local. **Sérgio Misael –** Comenta o símbolo da Multifase, o sol e a folha, dizendo sobre a intenção da empresa de avançar nas pesquisas com a energia eólica e solar. **Dr. Robertson** complementa sua fala dizendo que haverá o peso da sociedade civil organizada na discussão. **Sr. Ademar Cabeças** logo após, dá por encerrada a Audiência Pública de Perobal às 23h40min (vinte e três horas e quarenta minutos) do dia 17 de outubro de 2012.